

Trilha 1: A Política e as Mulheres

*“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher.
Mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política.”*

Michelle Bachelet

Não é verdade, como se diz no senso comum, que as mulheres participem pouco da política. Se bem observados os espaços de participação política – como sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos –, as mulheres há muito tempo são maioria na chamada “base”. Apenas não somos maioria nas direções desses espaços e nos cargos eletivos, seja no Executivo ou Legislativo.

Isto ocorre não porque as mulheres não gostem de política ou porque só gostem de estar nos “bastidores”, mas sim porque ocorre uma **interdição patriarcal** à sua participação nos espaços de poder e da política.

São muitos os mecanismos patriarcais que impedem ou limitam a participação política das mulheres. Dentre estes destacamos:

- A **divisão sexual do trabalho**, que impõe jornadas extensivas na vida pública, no trabalho remunerado e no cotidiano doméstico, sobrecarregando as mulheres e as deixando-as sem tempo para atuar na política, seja em candidaturas ou na auto-organização;
- A **cultura política patriarcal** que predomina nos movimentos sociais, partidos políticos e casas legislativas e que se mostra hostil às mulheres;
- A **representação social** hegemônica na sociedade que produz e reproduz a ideia de que as mulheres são “naturalmente” responsáveis pela vida doméstica e que não gostam ou não estão preparadas para a política e de que os homens, estes sim, são aptos aos espaços públicos;
- O **conservadorismo** patriarcal, racista e elitista que predomina no Congresso Nacional e impede mudanças legais que promovam a participação das mulheres e da população negra e indígena nos espaços de representação.

Diane disto é que afirmamos que os espaços e mecanismos da política (como os sistemas políticos, entre os quais o brasileiro), são **patriarcais, racistas e capitalistas**, que visam assegurar poder aos homens brancos, proprietários dos meios de produção (e comunicação) e que, por exigência da *heteronormatividade*, se apresentam ao público como heterossexuais.

Por isso, fazem-se necessárias, urgentemente, mudanças na política e no atual sistema político, de forma a garantir de fato a democracia, assegurando a representação dos vários segmentos sociais hoje excluídos dos espaços de poder. Porém, esta não será uma mudança fácil, pois a exclusão das mulheres (e de outros segmentos) da política é um processo histórico, que vem de milênios...

O que é política

Uma característica que diferencia os seres humanos dos demais animais é a dependência que os primeiros têm de cuidado para viver e se desenvolver, não somente na tenra infância. Foi e continua sendo assim com qualquer pessoa que nasceu, viveu e morreu até hoje. Não há como escapar. Essa

é uma realidade de todas as gerações em qualquer sociedade. Mudam as circunstâncias, os sujeitos; mudam o conhecimento, os valores, as explicações sobre o mundo; mudam as crenças e os costumes; transformam-se os bens e recursos disponíveis e sua distribuição; assim como as formas de se relacionar, de se comunicar, de regular a convivência de todas as pessoas, de governar. Ou seja, transformam-se as sociedades, mas não há como se libertar dessa condição de dependência, que impõe a interação, a comunicação e a vida em grupo.

O conceito de política é muito mais amplo do que o comumente utilizado e tem a ver com essa interação necessária e indispensável. Tem a ver com as relações estabelecidas na sociedade e as formas encontradas pela humanidade para ordenar e organizar a vida em comum: produzir bens materiais e imateriais, distribuí-los, reproduzir-se, conhecer, explicar e representar as realidades vividas e transformá-las. Nesse sentido, a política surge desde quando as primeiras comunidades humanas conseguiram estabelecer vínculos, se organizar e tomar decisões para ordenar a convivência em espaços comuns. O espaço da política é o espaço comum, construído socialmente, seja ele privado ou público.

A Política é objeto de pesquisas e estudos desde a Antiguidade. Aprende-se na escola que a palavra “política” surgiu na Grécia, no período da Antiguidade Clássica, quando as populações viviam organizadas em cidades-estado chamadas *pólis*. Foi nesse período em que surgiu a primeira grande obra conhecida sobre política, escrita pelo filósofo grego Aristóteles, que afirmou que o homem é um animal político.

Na concepção de Aristóteles, a política e a virtude são indissociáveis. Com a visão de hoje, seria possível pensar que naquela sociedade, há mais de dois mil anos, estava a democracia que sonhamos construir: governo do povo, com o povo, liberdade e autonomia individual e solidariedade como regra da convivência coletiva. Mas não era bem assim, os tempos e o contexto eram outros. A sociedade era escravista e, na democracia da Grécia Clássica, o “**cidadão**” de que fala Aristóteles era o “**homem livre**”. O povo que, por princípio, governava, não incluía os escravos, os estrangeiros, nem as **mulheres**, vistas apenas como reprodutoras e incapazes de tomar decisões. Estes segmentos estavam fora da cidadania, não eram “sujeitos de direitos”.

É importante lembrar que a cidade de Atenas é considerada o berço da democracia patriarcal, androcática (**poder só dos homens**), e com o olhar de hoje, de quem experimentou viver num Estado democrático de direito, facilmente percebe-se as mudanças que aconteceram. No entanto, é preciso seguir mudando. Vejam que no Brasil as mulheres são 52,13% do eleitorado e as candidaturas femininas têm crescido a cada pleito. Mas isto não se reflete, por exemplo, no número das eleitas ao parlamento. Na eleição majoritária de 2014, apenas 51 mulheres foram eleitas deputadas, perfazendo um total de 9,94% das 513 cadeiras do Congresso. Já as senadoras correspondem a 16% das 81 vagas.

Hoje estes espaços formalmente não proíbem mais a participação das mulheres. Há, no entanto, uma série de condicionamentos vivos no sistema político e também na sociedade que criam dificuldades e impedem a ampliação desta presença – a *interdição patriarcal*, de que falamos acima. Não à toa, a primeira presidenta brasileira, escolhida democraticamente, se obteve um segundo mandato, também sofreu ataques misóginos de diversas ordens, que marcaram o seu afastamento.

Neste sentido é necessário estar alerta para as possibilidades de retrocesso diante das transformações alcançadas. Quando o poder dos homens brancos e ricos é ameaçado, eles reagem para manter privilégios. Por isto também é importante repensar e rearticular permanentemente as lutas contra o patriarcado, o racismo e a exploração capitalista, ou seja, contra os poderes hegemônicos de dominação. Afinal, não queremos apenas uma revalorização do feminino, mas mudanças nas estruturas que historicamente cristalizaram o lugar das diferenças, criando falsas hierarquias entre elas.

Neste sentido, mesmo reconhecendo as contribuições da Grécia Clássica para compreender a história, bem como a nossa organização social e política, não podemos deixar passar em branco a nossa ignorância sobre as matrizes indígenas e africanas que também determinaram a nossa história. Tais reconhecimentos são fundamentais para dar significado a valores para regular a vida em sociedade, perceber também o quanto esses valores mudaram de sentido e continuam mudando. Ganham significados distintos a depender do lugar onde as pessoas existem e atuam numa determinada realidade, vivem num território e sob determinadas condições sociais, culturais, ambientais, do sexo, da renda, cor, idade, orientação sexual, condições físicas plenas ou não, pensam e têm desejos, sentimentos, necessidades, opiniões, pertencimentos e filiações a grupos diversos. É importante ter em mente que todas as pessoas vivem sob circunstâncias do tempo histórico em que estão inseridas e sobre as quais interferem.

Para pensar

Em *Política*, famosa obra em oito volumes, Aristóteles estuda e compara os diferentes modelos de política existentes nas sociedades do seu tempo, teoriza sobre o Estado, sobre a prática política e os princípios que a regulam, reflete sobre a "política ideal" e a estrutura do que chama "a melhor cidade". Segundo ele, *Política* é a ciência que tem por objeto a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade individual do homem na *pólis*) e em política propriamente dita (que se preocupa com a felicidade coletiva da *pólis*). Ele investigou as formas de governo e as instituições capazes de assegurar uma vida feliz ao cidadão e usou o termo democracia ("governo do povo": demo = povo, cracia = governo) para designar o regime político considerado ideal.*

Para Aristóteles, as mulheres eram seres inferiores e deveriam ser submissas aos homens, em virtude da não plenitude, na mulher, da parte racional da alma, o *logos*. Utilizando as palavras de Sófocles, ele afirmava que "as mulheres deveriam, por sua graça natural, permanecer em silêncio"., o que é significativo numa sociedade democrática na qual a participação isonômica na política, ou seja, na vida da *pólis*, caracterizava o ateniense.**

❖ *O que você pensa das ideias de Aristóteles? Em sua opinião, como essas ideias (e as de outros filósofos, ao longo da história), contribuíram para a exclusão das mulheres na política?*

* Fonte: *O que é Política*, de Sérgio Vaz Alkmin. Disponível em www.institutocidadania.org.br.

** Fonte: *Considerações sobre a Condição da Mulher na Grécia Clássica (séculos V e IV a.C)*, de Moisés Romanazzi Torres, publicado na Revista *Mirabilia* no 1. Disponível em www.revistamirabilia.com/mulher/html.

Se parece distante o tempo em que se justificava a submissão das mulheres pela inexistência da racionalidade na sua alma, ainda persistem, para muitas, as situações de confinamento ao espaço doméstico e abusos semelhantes. Milhões de mulheres vivem sob violências de diversos tipos, mesmo em estados democráticos, regidos por princípios de direitos humanos como o direito à igualdade e à dignidade de todas as pessoas indistintamente. O ambiente familiar ainda é lugar tanto de abusos físicos e sexuais, como de relações desiguais que reforçam essas e outras violências, apesar da Constituição e das leis para coibi-las. Um exemplo é a Lei Maria da Penha (11.340/2006), recentemente conquistada e já ameaçada não só pela resistência ou despreparo das instituições na sua aplicação, senão por Projetos de Lei e interpretações jurídicas, propondo um retorno à situação que vigorava antes da sua promulgação, pela necessidade de mudanças culturais para as quais as instituições têm muito a contribuir. Modificar as instituições ao mesmo tempo em que elas são também responsáveis por transformações sociais, é um grande desafio.

Alguém já afirmou que a desigualdade não se improvisa, é construção de séculos de dominação. A sua desconstrução é, da mesma forma, um desafio sempre presente aos sujeitos políticos.

Se perguntarmos a meia dúzia de pessoas o que lhes vem à mente quando se fala “**política**”, seguramente surgirão as mais diferentes respostas. Isso porque o termo é usado amplamente para dar significado a coisas muito distintas entre si, como, por exemplo, pensamento e prática, intenção e gesto, meio e fim, ideal e real, ação e omissão, o fato e a interpretação sobre ele. Refere-se a tempos já passados, ao presente e também ao que está por vir. Pode significar a ação em si e também seus fins e consequências. Pode estar associado a “sistemas” econômicos e sociais (política capitalista, socialista, feudal, absolutista), a sistemas de governo (república, monarquia), ao tipo de regime adotado para governar (autoritário, ditatorial, democrático, liberal); ao que está ligado ao Estado e à gestão e administração da coisa pública como um todo ou por áreas (Política Ambiental, Social, de Educação, de Saúde, de Segurança, de Comunicação etc.), a atividades e propostas de segmentos e grupos da sociedade civil e suas instituições (sindicatos, associações, igrejas, escolas, grupos esportivos e culturais, partidos políticos), enfim, a uma infinidade e variedade de sujeitos.

Certamente também aparecerão respostas associando a palavra a qualidades humanas negativas ou positivas: corrupção/dissimulação ou honestidade/coerência, dentre outras palavras para nomear condutas e atitudes dos “políticos” entendidos restritamente como grupos governantes, gestores, parlamentares, dirigentes e filiados a organizações partidárias, enfim, gente em cena no confronto de ideias em torno do poder, dos governos, do Estado e de seus fins.

"Política é o principal instrumento para que se possa pensar o social como espaço organizado: instituído, articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias".

NOGUEIRA, Marco Aurélio de. Em defesa da Política, Ed. SENAC, São Paulo, 2001.

Política é um espaço de vida e atuação. A toda hora tomam-se posições, decisões, fazem-se escolhas e o que é feito e dito (ou não feito e não dito) tem o *poder* de interferir sobre a dinâmica do que está acontecendo e do que está para acontecer, seja na vida privada, na escola, no trabalho, na vida pública, em qualquer lugar e momento. Ter consciência disso nos provoca a pensar de forma crítica e autônoma a realidade e estimula a projetar e organizar intervenções. Às mulheres e a todos os segmentos historicamente excluídos do poder, interessa, de maneira singular, pensar criticamente a realidade para construir novas correlações de força e novas hegemonias que lhes permitam, coletivamente, construir autonomia e sair da situação de desigualdade em que se encontram.

As lutas políticas das mulheres para estar na política

De acordo com Maria Betânia Ávila, o movimento feminista, “como movimento político, já nasce confrontando a relação entre liberdade pública e dominação privada”. Segunda ela, isto “traz uma exigência de radicalidade no sentido de pensar a democracia não só como um sistema político, mas como uma forma própria de organização da vida social.” E complementa: a “constituição da esfera da política foi historicamente realizada como um domínio dos homens”, estando, neste sentido, “relacionada a uma dominação sobre as mulheres no espaço da vida privada”. Podemos perceber isto em algumas ideias centrais, presentes na cultura e na nossa formação, desde a infância, e que dão sustentação social às desigualdades e discriminações de gênero. Um exemplo que fundamenta as desigualdades entre os sexos, por exemplo, é a ideia de **maternidade como destino único**, imposição biológica a que as mulheres estariam sujeitas, fato que as tornaria “naturalmente” inapetentes e inábeis para a política.

Tais concepções se mantêm pela ação política de grupos sociais avessos a iniciativas que busquem um ordenamento mais justo no que diz respeito às liberdades sexuais e reprodutivas, e sinalizem qualquer ruptura com os padrões tradicionais que orientam concepções como a de “família”, restrita à união pelo matrimônio heterossexual, monogâmico e “para sempre”, a qualquer custo. Grupos conservadores trabalham politicamente na sociedade civil e junto aos poderes do Estado para impedir o fortalecimento dos movimentos e coletivos que defendem uma ordem na qual o reconhecimento do **direito à pluralidade** e à **diversidade sexual** seja regra de convivência.

São muitas as ações que demonstram a *resistência* e *contraposição política organizada* desses grupos conservadores à radicalização da democracia. Exemplos disso foi a longa luta das mulheres para aprovar reconhecimento de direitos civis a crianças nascidas de relações fora do casamento; as quatro décadas de tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei que instituiu o divórcio até a sua aprovação; a resistência em aprovar o direito das mulheres à antecipação terapêutica do parto em casos de gravidez de fetos anencefálicos, apesar da farta jurisprudência favorável; os processos em curso para impedir qualquer avanço no direito das mulheres de interromper uma gravidez indesejada e de não serem tratadas como criminosas quando abortam; as pelejas que foram necessárias para que o assédio sexual fosse reconhecido como uma violência contra as mulheres; a necessidade de mobilizações permanentes para não deixar avançar a lesbofobia, a transfobia e a homofobia. Mas não só, esse grupos são frontalmente contrários a políticas sociais extensivas e inclusivas e a propostas de redistribuição das riquezas existentes.

Além disso, os ditados e piadas sobre o **lugar das mulheres** na sociedade, os índices de estupros, de violência doméstica e sexista, as altas taxas de feminicídio e as decisões judiciais que legitimam essas violências demonstram que as posições retrógradas seguem hegemônicas.

Esses assuntos estão na ordem do dia, nos convocando a pensar e opinar sobre eles a todo momento. Mas, sobretudo, nos convocando a resistir a esses movimentos que visam limitar a participação política das mulheres e fazer retroceder seus direitos. E é importante termos em mente que não teremos êxito sem organização coletiva e articulação política.

“Para o feminismo, debater e lutar para ampliar a participação política das mulheres é reivindicar o lugar de sujeito político para todas as mulheres, é recusar o lugar subalterno e sub-representado das mulheres nos espaços formais da política, é negar o lugar da família e da casa como destino e única possibilidade de inserção das mulheres na sociedade”.

Articulação de Mulheres Brasileiras - Frente de Luta pela Reforma do Sistema Político, 2010.

A entrada das mulheres na cena das decisões políticas é um processo muito recente na história, resultado da luta de muitas gerações para se afirmarem como cidadãos, reconhecidas como sujeitos de direitos, e pela instauração de uma ordem institucional igualitária e democrática, coerente com essa condição. O compromisso com a construção dessa democracia como sistema e como “forma própria de organização da vida social” é o que moveu as feministas em direção à criação de espaços institucionais de poder e é o que dá sentido à sua participação neles.

Mas a luta das mulheres para se constituir “parte do povo que governa” não interessa apenas a nós. As desigualdades entre os sexos se combinam com outras práticas estruturantes de dominação e exclusão dos sujeitos, especialmente o racismo, a fobia às lésbicas, trans e gays, a xenofobia, o etnocentrismo.

As relações de dominação/subordinação de gênero, racial, étnica e entre capital e trabalho decorrem do não reconhecimento da igualdade de direitos. A distribuição injusta dos recursos oriundos do trabalho do conjunto da população e a manutenção da maioria do povo distante de condições básicas para o exercício de direitos fundamentais da cidadania – saúde e educação de qualidade, saneamento, ambiente saudável, moradia e transporte dignos, por exemplo –, criam as condições sociais e culturais propícias à dependência e à falta de autonomia dos sujeitos.

Para pensar

A mudança de leis não implica necessariamente na mudança dos costumes e da mentalidade de quem é responsável por torná-las efetivas na prática. Se não há forças sociais diversas, empenhadas em pressionar e mobilizar a sociedade para trazer a legislação para a vida real, seguramente, algumas leis correm o risco de serem sistematicamente desconsideradas. Por exemplo, o Brasil foi um dos últimos países do Ocidente a abolir formalmente a escravidão (há somente 128 anos) e, apesar das conquistas, das derrotas do autoritarismo e da nova ordem jurídica e política, expressa na Constituição de 1988 e em normas recentes, obtidas pela organização e luta política da iniciativa da população negra, o preconceito racial se atualiza e mantém-se vivo e atuante nas relações da vida privada e nas instituições públicas. Tropeçamos a todo o momento em concepções e práticas racistas.

❖ *Como isto impacta na vida das mulheres negras? Como o racismo atua (em articulação com o patriarcado) para interditar sua participação política e conquista de direitos?*

A cientista política Nancy Fraser afirma que para a promoção da justiça social é necessário articular a luta por reconhecimento das distintas perspectivas das “minorias” étnicas, raciais, sociais, assim como as de gênero, àquela pela redistribuição, isto é, a da alocação mais justa de recursos e bens. Podemos identificar nestes dois aspectos, o de transformação das condições subjetivas articuladas às condições objetivas, como dois grandes campos de atuação dos movimentos de mulheres e feministas no sentido de modificarem as estruturas de poder, tornando-as mais democráticas. Há que se destacar, no entanto, que a ampliação do reconhecimento, embora limitado, de algumas pautas, não se traduziu ainda em redistribuição de recursos materiais consideráveis para a implementação de políticas demandadas por elas.

Dessa forma, ao assumir um cargo na administração pública, um mandato de conselheira, em especial em organismos de promoção de políticas para mulheres e de promoção da igualdade racial, ao militar em defesa de direitos, não se pode desconhecer um conjunto de princípios e compromissos históricos que deram razão para que estes espaços fossem criados.

São princípios e compromissos firmados pelo Estado Brasileiro perante a cidadania para proteger, promover e respeitar os direitos humanos – civis, políticos, sexuais e reprodutivos, sociais, culturais, econômicos e ambientais de todas as pessoas. Compromisso com políticas universais que considerem e incluam necessidades e identidades específicas dos diversos sujeitos, construindo uma institucionalidade orientada pela diretriz da solidariedade. Para isso, não é possível abdicar de mecanismos de políticas afirmativas que

Você sabia?

A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) reconhece a utilização de ações afirmativas, e que as convenções têm força de Lei?

que possam contribuir para reparar injustiças históricas e enfrentar as desigualdades.

Esses compromissos foram amplamente debatidos e aprovados nos processos das quatro **Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres**, realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2016. Eles deram origem aos eixos que orientam as diretrizes e objetivos do **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** e foram confirmados e atualizados nas Conferências posteriores. Para chegar até aqui, desde o final dos anos 1960, as mulheres travaram muitas lutas.

“As políticas públicas são uma conquista das sociedades modernas. Conquista que se fez, de um lado, pela pressão popular, que organizava demandas ao Estado, e de outro, pelos setores progressistas de governos que compreendiam e defendiam a necessidade de intervenção do Estado na sociedade (...), orientada à promoção da justiça e da igualdade...”.

Subsídio à ação feminista em defesa das políticas públicas para as mulheres (SOS Corpo, Recife, 2009).

Conhecer os caminhos percorridos, as resistências vencidas, os obstáculos superados, as conquistas obtidas e apropriar-se das reflexões e da experiência política adquiridas pelo movimento feminista e de mulheres em quase meio século é fundamental, em especial para quem está na batalha por políticas públicas.

A próxima trilha irá, exatamente, fazer esse resgate.

REFERÊNCIAS:

AMB-Articulação de Mulheres Brasileiras. **Documento “Frente de Luta pela Reforma do Sistema Político”**. Sistematizado por Beth Ferreira. AMB, 2010.

ALKMIN, Sérgio Vaz. **O que é Política**. Disponível em www.institutocidadania.org.br.

ÁVILA Maria Betânia. **Radicalização do feminismo, radicalização da democracia**. Disponível em www.mujieresdelsur-afm.org.uy/debatefem08_mba2p.pdf.

CFEMEA – **Trilhas Feministas na Gestão Pública**. Orgs. Guacira César de Oliveira, Ivônio Barros e Maria Helena Souza. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/trilhasfeministanagestaopublica.pdf>.

----- **Plataforma Feminista**: em defesa da igualdade e da cidadania feminina. Redação de Beth Ferreira. Brasília: 2010.

TORRES, Moisés Romanazzi. **Considerações sobre a Condição da Mulher na Grécia Clássica (séculos V e IV a.C)**, publicado na Revista Mirabilia no 1. Disponível em www.revistamirabilia.com/mulher/html.